

Socorro a estados endividados

Só a folha de pagamento e o saneamento das contas exigiriam R\$ 1 bilhão

por Eliane Cantanhêde
e Rodrigo Mesquita
de Brasília

O governo federal pretende criar um fundo de empréstimos emergenciais para os estados, correspondente a 2,6 vezes o Fundo de Participação dos Estados (FPE) mensal. Ou seja, estariam disponíveis aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Os recursos seriam repassados pela Caixa Econômica Federal (CEF), oriundos do Tesouro, diretamente, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou de captação externa.

A informação foi dada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator das dívidas estaduais no Senado, e ao governador Dante de Oliveira, de Mato Grosso. A reunião entre eles durou quase duas horas, ontem, no Ministério da Fazenda.

NOTA VAGA

Não ficou especificado para onde iriam os recursos do novo fundo. Entretanto, Bezerra sugeriu: "Os estados precisam de R\$ 1 bilhão para pagamento de pessoal e saneamento das contas". À noite, o Ministério da Fazenda divulgou uma vaga nota dizendo que os problemas de folha de pagamento não podem ser resolvidos pela Caixa Econômica Federal.

Às 20h30 de ontem, a equipe do ministro Malan trancou-se a sete chaves para começar a fechar a proposta aos estados. Na reunião da tarde, o ministro havia se comprometido com o relator das dívidas em anunciar essa solução

até a próxima quarta-feira, véspera do feriado de Finados. Bezerra ponderou que não estaria em Brasília, e ficou acertado um encontro entre Portugal e assessores técnicos do Senado. O anúncio oficial ficaria para o dia 7 de novembro.

Segundo alguns dos participantes, haverá rígidas exigências aos estados beneficiários do novo fundo, na forma de programas de enxugamento das máquinas burocráticas, incluindo até a demissão de pessoal com as brechas já existentes na Constituição. Ou seja, antes mesmo da aprovação final da reforma administrativa pelo Congresso.

Malan e Portugal deixaram claro, mais uma vez, que não aceitam a redução do teto de pagamento mensal dos estados, de 11 para 9% da receita líquida, prevista em quatro projetos que tramitam no Senado e são sempre usados como força de pressão de Carlos Bezerra para exigir soluções do governo. Segundo Portugal, no encontro, o Tesouro perderia R\$ 1,2 bilhão com essa redução, enquanto o novo fundo daria R\$ 200 milhões a mais para os estados.

Segundo alguns dos presentes, o ministro e o secretário admitiram incluir as dívidas das Companhias de Habitação dos Estados (Cohab) na base de cálculo dos 11% estabelecidos pela lei 8.727. Como destacou Portugal, elas somam, hoje, em torno de R\$ 300 milhões.

Tanto o senador Carlos Bezerra quanto o governador Dante de Oliveira insistiram na inclusão da dívida de outras empresas no cálculo, destacando, por exemplo, as empresas de desenvolvimento e de sa-



Pedro Malan

neamento. Ministro e secretário foram contrários, especialmente no caso das empresas elétricas, que têm receita própria. Mas ainda convivem com fortes pressões para que a amortização de 11% da receita líquida seja suspensa, nos casos mais críticos, durante dois ou três meses.

Haverá um modelo comum de renegociação com

os estados, mas as soluções concretas atenderão caso a caso. Houve consenso quanto à inclusão de mecanismos que impeçam a cobrança de isonomia de facilidades concedidas a determinados estados e, nesse momento das discussões, segundo um dos presentes, o ministro da Fazenda declarou: "Senão, os grandes estados, como São Paulo, iriam ficar com tudo".

Uma saída para evitar cobranças de paridade será o recurso às resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), abrindo exceções para a contratação de empréstimos junto a bancos privados. Uma restrição foi com o governo de Mato Grosso do Sul, que conseguiu autorização para contrair um empréstimo-ponte de R\$ 240 milhões do Bamerindus, atrelado a R\$ 400 milhões do

Banco Mundial, com três anos de carência e pagamento em seis meses, destinados a um programa de saneamento financeiro.

RESPOSTA

O primeiro bloco de estados beneficiados incluirá, além do Mato Grosso de Dante de Oliveira, também Alagoas e Piauí. Depois virão aqueles em situação média e só no final o governo pensa em dar uma resposta aos grandes estados com pesadas dívidas mobiliárias: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Mas os estados que estão em boa situação financeira – ou que "fizeram o dever de casa", como virou moda dizer na área econômica – poderão ter um "prêmio". A forma em estudo prevê a ampliação da margem de investimentos.